O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores – Seção Brasileira da 4ª Internacional | www.otrabalho.org.br | R$ 5,00 | nº 868 – de 18 de junho a 02 de julho de 2020

São Paulo 14 de junho

ESTÁ NAS RUAS: FORA BOLSONARO!

Porto Alegre 14 de junho

“Não queremos fechar o ano letivo de qualquer jeito”

Governador gaúcho tenta impor Ensino à distância para volta às aulas

O governador Eduardo Leite (PSDB) apresentou um calendário de retomada de aulas, com a volta em cinco etapas, sendo a primeira em 1º de junho na modalidade EAD. O secretário de educação, Faisal Karam, diz: “não podemos penalizar [os] 85% que tem capacidade de acessar a rede”. Mas mentira tem perna curta: de acordo com a pesquisa do TIC Domicílios de 2018, metade dos 11,3 milhões de gaúchos não têm à disposição computador em casa, enquanto outros 31% não têm nem acesso à internet.

Para Carlo e Márcia, Coordenadores Estaduais da Juventude Revolução do PT (RS), “o governo não apresenta os meios para se ter aula à distância. Não somos contra atividades complementares, desde que seja garantido ter estrutura para estas atividades. A realidade é de extrema desigualdade social, de desespero, de fome. Antes de tudo, o estado deve garantir a alimentação destes estudantes”.

Aproveitando a pandemia para atacar

A proposta do governo do Rio Grande do Sul mostra descaso com os estudantes, principalmente mais pobres, e com a educação no geral, se aproveitando de um momento de vulnerabilidade para sucatear ainda mais a escola pública e, no futuro, tentar fechar mais escolas (como tentou no final de 2019) e demitir mais professores e funcionários. Esse mesmo descaso já é uma característica do governo Bolsonaro, que não toma atitudes eficazes para garantir a sobrevivência da população e nem liga para gigantesca desigualdade social existente no Brasil - muito pelo contrário, mantém os ataques aos direitos do povo e tenta privar os jovens do sonho de acessar o ensino superior, como se provou na tentativa de manutenção da data do Enem.

A resistência contra o sucateamento do ensino público e de qualidade deve continuar. É uma pauta a se levantar em atos e manifestações que retomam as ruas, a começar pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas. Afinal, educação é coisa séria, como bem dizem os coordenadores da JRdoPT: “não queremos fechar o semestre letivo de qualquer jeito”.

Katrin

Para os negros, a principal pandemia é o racismo

Covid-19 é mais letal para população negra, que é também a maior vítima da violência policial

A pandemia da Covid-19 escancarou a faceta cruel do capitalismo. Para a população negra, seus impactos são ainda piores. A ONU destacou que há um impacto desigual em todo mundo entre negros e brancos em relação aos óbitos pela Covid-19, apontando o Brasil como exemplo. Os negros em São Paulo têm 62% mais de chance de morrer que os brancos.

Segundo dados do Ministério da Saúde analisados pela Agência Pública, dos 10 bairros de São Paulo (epicentro da pandemia no país) com mais mortes, oito tem mais negros que a média da cidade. Considerando-se 100 mil habitantes na capital paulista, a taxa de mortalidade por idade é de 9,6 para brancos, de 15,6 para negros e de 11,88 para pardos.

E essa realidade não é uma particularidade brasileira, como destaca a ONU. Países como EUA, Inglaterra, País de Gales, dentre outros, também apresentam uma taxa de mortalidade para negros muito maior que os brancos.

Letalidade policial é uma ameaça constante

Se por um lado a letalidade da Covid-19 atinge principalmente os negros, por outro, a violência policial segue aplicando sua política de genocídio da população negra. A série de manifestações e protestos desencadeados pela morte de George Floyd nos EUA demonstram que não é mais possível tolerar não apenas a violência policial contra a comunidade negra, mas também toda desigualdade na saúde, educação, emprego, habitação, dentre outras.

O caso de Goerge Floyd não foi o primeiro que gera revoltas, porém a dimensão da explosão social em todo o país e pelo mundo demonstra que passou de um confronto das comunidades negras contra a polícia para um enfretamento de diversas componentes da população, como negros, latinos, jovens brancos, sindicalistas contra o sistema falido do capitalismo.

E, assim como na pandemia, os EUA e Brasil apresentam números desproporcionais em relação a assassinatos de negros pela polícia. Nos EUA, um negro tem 2,9 vezes mais chances de ser morto pela polícia que um branco; no Brasil, esse número é 2,3 vezes maior. A polícia brasileira é mais letal. Só o estado do Rio de Janeiro em 2019 matou quase o dobro do que policiais americanos em todo país. Mesmo quando por exemplo, levamos em consideração a população de negros no Brasil, que é três vezes maior, percebemos como os números aqui são gritantes quando a polícia brasileira mata 18 vezes o número de negros que os policiais americanos mataram. Casos como o do menino João Pedro, de 14 anos, assassinado em casa durante uma operação policial, não é algo isolado em nosso país.

O governo Bolsonaro, com o intuito de seguir essa sua politica genocida, excluiu a violência policial do balanço anual sobre violações dos direitos humanos, jogando para debaixo do tapete todos os dados, como tentam fazer com a Pandemia.

Queremos respirar!

A explosão social em todo mundo por conta da morte de George Floyd é um sinal que não é mais tolerável sobreviver nos marcos da sociedade capitalista e racista, como bem elaborou Steve Biko “racismo e capitalismo são duas faces da mesma moeda”. E essa revolta, unindo os oprimidos em torno da pauta racial, vai muito além dela - não é um problema local ou nacional, mas tem sua dimensão mundial.

Joelson Souza

São Paulo
Joinville
Em Cuiabá
Em várias cidades a JRdoPT vai às ruas com os jovens nos protestos contra racismo e Bolsonaro

A QUESTÃO NEGRA NA FORMAÇÃO DA JR DO PT

A Juventude Revolução do PT publicou o texto de CLR James “Revolução e o Negro” (http://juventuderevolucao.com.br/a-revolucao-e-o-negro-c-l-r-james/).

Cyril Lionel Robert James nasceu em Trinidade, colônia do Reino Unido à época. Militante comunista, passou pelas fileiras do SWP (seção da IV Internacional nos EUA). Dentre as publicações mais conhecidas está “Jacobinos negros: Toussaint L’Overture e a revolução de São Domingos”, que trata da independência do Haiti em 1804 ao derrotar os imperialismos francês, espanhol e inglês. Para James, “esta revolução negra teve um impacto profundo na luta pelo fim da escravidão” e, de fato, extrapolou fronteiras. “Haitianismo” era a acusação contra revoltas de escravos no início do século XIX como a Conjuração Baiana e outras.

No texto, James trata da questão negra e a revolução no âmbito da história mundial destacando o lugar dos negros na luta do Haiti, na guerra civil dos Estados Unidos e como elemento da revolução internacional. Por isso, afirma que “da perspectiva histórica podemos entender as potencialidades revolucionárias das massas negras”.

A iniciativa de formação com textos como este é necessária para as lutas hoje, sobretudo da juventude.

Chega, o povo não aguenta mais!

Uma questão incontornável, escancarada pela pandemia em todo o mundo, é que o povo trabalhador foi confinado social e economicamente a condições degradantes impostas pelo capital financeiro.

No Brasil a situação é agravada com o país à mercê do governo Bolsonaro, erigido pelos interesses associados, representados por alguns que agora se dizem preocupados com o curso das coisas, mas, na verdade, estão preocupados em preservar a aplicação da política para qual Bolsonaro foi por eles escolhido.

A escalada mortífera contra o povo, suas vidas, direitos e empregos prossegue.

Conta-se às dezenas de milhares as mortes pela Covid-19 e às centenas de milhares o número de contaminados; contam-se aos milhões os trabalhadores que perdem direitos e salário, e às dezenas de milhões os que perdem empregos.

E o governo, com o apoio do Congresso, segue governando e atacando, como as recém aprovadas Medidas Provisórias 927 e 936. A Polícia Militar segue matando jovens nas periferias, como Guilherme, de 15 anos, assassinado na capital paulista no dia 16.

No que diz respeito ao governo, Fabrício Queiróz, o amigo miliciano, é preso na casa do advogado da família presidencial, empresários e deputados são investigados. A crise é grande! Mas nada é óbice para Bolsonaro seguir em frente. Os generais, entre 3000 oficiais no governo, o chancelam. Cometendo crime após crime, como o chamado à invasão de hospitais, o governo continua no comando.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia deixa na gaveta os pedidos de impeachment, enquanto, no Judiciário, tramitam lentamente os processos que poderiam levar à cassação da chapa Bolsonaro-Mourão ou ao impedimento de Bolsonaro.

AS MOBILIZAÇÕES TENDEM A CRESCER, É DAÍ QUE SE PODE ABRIR UMA SAÍDA

Uma crise profunda e fica tudo em banho-maria até que "os de cima" encontrem uma saída para preservar seus interesses.

Chega!

Os "de baixo" começaram a levar à rua a luta para pôr fora o governo Bolsonaro. Apesar do risco da pandemia, uma ação de quem não tem opção. Como bem disse a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, na saudação à Plenária Nacional do Diálogo e Ação Petista (ver pág. 5), as pessoas que estão indo às ruas "são as pessoas que foram escolhidas para morrer, mas que escolheram lutar para viver". De fato, nas manifestações de 7 e 14 de junho houve grande presença de jovens das periferias e grupos negros.

É aí, lado a lado com os que lutam pela vida, por direitos e empregos, por abertura de hospitais, pelo fim do genocídio do povo negro, é aí que a luta pelo fim do governo pode abrir um verdadeiro caminho à democracia, à soberania, aos direitos e conquistas do povo trabalhador.

Nesta perspectiva uma questão se coloca: como o povo trabalhador poderá fazer valer as medidas que revertam a destruição desde o golpe de 2016 e avançar novas conquistas? De "cabo a rabo", há muita coisa a ser feita e desfeita. As instituições, apesar das trombadas de hoje, estão todas contaminadas pela podridão que gerou Bolsonaro.

A Plenária do Diálogo e Ação Petista discutiu a retomada das lutas, nas quais o DAP se faz presente. E concluiu que a tarefa de colocar um fim no governo Bolsonaro abre a discussão do que virá depois. A disposição mostrada nas manifestações de 7 e 14 de junho, nas greves e manifestações localizadas, tende a crescer. Dela virá o ponto de apoio para criar as condições da luta por um novo governo e uma Assembleia Constituinte Soberana para descontaminar o país da política parasitária do capital financeiro que confina o povo trabalhador a condições miseráveis de vida.

NOTAS

Com alta nos lucros, Santander demite durante pandemia

O Santander, um dos maiores bancos do mundo, demitiu funcionários no mês de maio no Brasil, apesar de ter firmado em março um acordo com o Comando Nacional dos Bancários de não demissão. No acordo firmado em 23 de abril o Comando havia arrancado do Itaú e do Santander o compromisso de que eles não realizaram nenhuma demissão durante a pandemia.

Porém, menos de dois meses depois, o Santander começou um processo de demissão em flagrante descumprimento do acordo. Ivone Silva, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região denúncia: "para nós, o compromisso era não demissão até o fim da pandemia" e acrescenta "em São Paulo, onde o Santander demite, a curva de contaminação só está subindo. Não houve achatamento. É uma crueldade."

As demissões ocorrem alguns dias após o Santander anunciar um lucro líquido de R$ 3,77 bilhões no primeiro trimestre de 2020, uma alta de 10,5% frente ao resultado do banco no mesmo período de 2019.

Amazônia: recorde de desmatamento

O Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) anunciou no dia 7 de junho que o desmatamento na Amazônia entre janeiro e maio deste ano atingiu um recorde histórico. Desde que o Inpe começou a medir a devastação da floresta, em agosto de 2015, nunca se destruiu tanto. De acordo com instituto, foram 2.032 km² derrubados, uma área 34% maior do que a derrubada no mesmo período do ano passado.

Em maio se iniciou o uso das Forças Armadas no "combate ao desmatamento ilegal e focos de incêndio", instituído por decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em todo território da Amazônia Legal (que abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão). Nesse mês que começou a vigorar a GLO, dados do sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter) apontam que o desmatamento se acelerou. No período foram derrubados 829 km² de florestas, o que representa 12% a mais do que no mesmo período do ano passado.

O governo, no entanto, parece que gostou do resultado. Em 10 de junho, Bolsonaro prorrogou o decretado de Garantia da Lei e da Ordem no combate ao desmatamento da Amazônia até o dia 10 de julho.

Memória

ATOS EXIGEM FIM DA OPRESSÃO AO POVO PALESTINO

"Comemorando" o aniversário de um ano da invasão do Líbano por Israel (...), ocorreram gigantescas manifestações, greves e enfrentamentos contra Begin [primeiro-ministro Menachem Begin] em Israel, e também nos territórios árabes ocupados da Cisjordânia e Gaza, no último dia 5 de junho. Na Cisjordânia e Gaza, em particular, a população "comemorou" no mesmo dia o início da "Guerra dos 6 dias", de 1967, quando Israel ocupou os territórios. (...) Dentro de Israel, as manifestações assumiram proporções gigantescas. Em Tel-Aviv (capital), cerca de 150 mil pessoas marcharam, para exigir o fim da intervenção israelense no Líbano (...), o fim da anexação de Cisjordânia e Gaza, e o fim da opressão ao povo palestino.
O Trabalho nº 203 – 16/6/1983

O TRABALHO
A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores
Um pacote depois do outro,
Isso não pode continuar
gasolina
desemprego
inflação
Servidores indicam o caminho da luta contra arrocho e miséria

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br **Facebook**: www.facebook.com/jornalotrabalho
Diagramação: Paulo Henrique Barbosa Mateus

Benedita: "Questão negra no Brasil e nos EUA, tudo semelhante"

Candidata do PT no Rio vai "reaproximar PT das bases populares".

O Trabalho, em entrevista a Aurea Alves, ouviu a deputada federal Benedita da Silva como candidata designada pelo PT à prefeitura do Rio de Janeiro. Como se sabe, Marcelo Freixo do PSOL desistiu, quando Bené, como é chamada, se dispunha a ser sua vice. Mas Bené é a grande liderança popular do Rio, fundadora do PT. Criada na favela do Chapéu Mangueira foi a primeira senadora negra do Brasil, e é a autora da "lei da empregada doméstica", que já foi sua profissão. Uma frase sua sobre o racismo em 1985 ficou famosa: "querem que eu me prostitua ou me mate".

Agora é mãos à obra para construir a campanha de Benedita da Silva a prefeita do Rio de Janeiro.

Divulgação

Benedita da Silva, candidata a prefeito do PT no Rio de Janeiro

O Trabalho - Sua candidatura repercutiu positivamente nas bases petistas. Qual a importância da militância carioca no diálogo com as comunidades para ganhar e reforçar o PT como instrumento de luta?

Bené - Durante a pandemia os militantes petistas, juntamente com lideranças comunitárias, organizaram várias redes de auxílio-solidário para as pessoas mais necessitadas das favelas e periferias resistirem no isolamento social.

Isso vem se somar a uma candidatura que representa diretamente esse povo que sofre com a pandemia e é vítima da política genocida de Bolsonaro.

Certamente, a confluência dessas frentes de trabalho e de campanha eleitoral popular vão contribuir para reaproximar o PT das bases populares e reconquistar a sua confiança.

OT - Quais as semelhanças e diferenças sobre a questão negra entre Brasil e os EUA?

Bené - Tudo é semelhante, a violência policial estrutural, a discriminação racial e a desigualdade social em que vive grande parte da população negra. Nesse ponto é que a desigualdade social brasileira é mais profunda, gerando exclusão social e fome.

A única diferença é a capacidade de reação do povo negro contra os atos de racismo e violência policial. Lá, a população negra reage em massa e nacionalmente; aqui, é uma reação mais pontual. Mas também começa a acontecer manifestações antirracistas e antifascistas nas ruas, sob o impulso das manifestações do povo dos Estados Unidos.

OT - Conhecendo bem as comunidades, como estará esse povo após a pandemia? Sua candidatura colocará em destaque a luta contra a opressão ao povo negro, tão candente no RJ? As balas sempre encontram um corpo negro, como o recente caso de João Pedro (em São Gonçalo). A frase de seu discurso sobre racismo em 1985 "querem que eu me prostitua ou me mate" segue atual?

Bené - Primeiro, um esclarecimento. A abertura das atividades econômicas e das escolas foi decisão política e não de natureza sanitária. A pandemia continua contaminando e matando no Rio de Janeiro, especialmente a população pobre e negra.

Não poderia deixar de colocar no centro da minha campanha a defesa da vida tanto diante da pandemia, quanto contra as operações policiais que mantam inocentes nas favelas.

O governo Lula e Dilma fez a inclusão social e o enfrentamento ao racismo com as políticas de geração de emprego e de cotas nas universidades públicas criando oportunidades para as populações negras e indígenas.

Tudo isso vem sendo desmontado desde o golpe de 2016 contra a presidenta Dilma e agora a juventude negra percorre o caminho contrário: o caminho da desigualdade, da exclusão, do aumento da discriminação racial, da total falta de oportunidade de emprego, com todas as consequências sociais que tal processo perverso costuma criar.

OT - As eleições municipais repercutirão questões ligadas a crise: emprego, saúde, educação. Em linhas gerais, quais elementos fundamentais que sua candidatura deve tratar?

Bené – Minhas prioridades são exatamente essas: saúde, em primeiro lugar, educação e emprego. Mas para gerar emprego e renda vamos estimular a economia criativa, inclusive nas favelas, bem como as indústrias do Carnaval e do turismo, muito interligadas.

José Ricardo para Prefeito de Manaus

Clara decisão do Diretório Nacional

O principal ponto, de fato, da pauta do Diretório Nacional do dia 15, invadindo a noite, foi um recurso sobre a candidatura a prefeito do PT em Manaus (Amazonas). Na verdade, a reunião foi chamada para isso, pois uma resolução anterior avocava para o DN a última palavra nos casos das cidades com mais de 100 mil eleitores.

O Diretório local havia tirado o nome do deputado estadual e também presidente do Diretório Estadual, Sinésio Campos, por estreita margem de votos (25 X 21), contra o deputado federal José Ricardo. O primeiro do Movimento PT com o setor da CNB do presidente do Diretório Municipal, Valdemir Santana (ex-presidente da CUT-AM), e o segundo da Resistencia Socialista com apoio de três outros setores da CNB e várias correntes nacionais. O resultado do DM era contestado no recurso, mas a Secretaria de Organização Nacional não acolheu a parte formal dos questionamentos, de modo que a decisão foi, então, principalmente política.

O DN ouviu duas vezes ambos os pré-candidatos e a argumentação destoava. Sinésio argumentava que era sua vez, tinha o direito pois já fora vice e abrira mão em favor de "aliados" ex-ministros dos governos Lula e Dilma. Ele questionava as pesquisas, e sinalizava um "diálogo" para um acordo sobre 2022. Já José Ricardo se apresentava mais preocupado com a defesa da Saúde, com o combate contra a Covid, e pelo Fora Bolsonaro. Ele reivindicou o seu favoritismo nas pesquisas publicadas.

Na verdade, foram duas votações: a primeira era uma preliminar levantada por um membro do DAP, sobre se se decidia ali, independente de qual candidato fosse, ou se adiava por mais uma semana como propunha uma dirigente do CNB, para o "diálogo" que Sinésio sinalizou (2022 ?). O resultado foi uma maioria de 51 para decidir, contra 37 para adiar. Passando-se, então, a discussão do nome, José Ricardo, apoiado pelo DAP, obteve 64 votos contra apenas 16 de Sinésio, com 8 abstenções.

O CNB, a corrente majoritária, se viu em três porções, parte com um candidato, parte com outro, parte se abstendo. Notável e lamentável, foi a última fala de Sinésio derrotado, que desandou a atacar o Diretório, como se aquilo fosse uma intervenção etc.

Recuperar e expandir a Saúde pública

A questão agora é a da unidade do PT para disputar. O PT de Manaus tem uma boa chance de sair vitorioso da eleição, depois que a tragédia da Covid desmascarou a responsabilidade dos últimos governos estaduais e municipais, do PSDB ao PMDB e outros, às vezes coligados com Lula, com o PT, quem tem grande apelo no Estado.

Divulgação

José Ricardo, candidato a prefeito do PT em Manaus

Manaus, uma das maiores cidades do país, é uma vitrine no país, e no plano internacional, para a construção da alternativa do PT no plano social, sanitário, indígena e ambiental. Mas, como em outras cidades, haverá que superar disputas menores, composições muitas vezes de puro "interesse", para dar voz à militância e avançar junto com ela numa plataforma de reconstrução do país, com alianças compatíveis, dando especial atenção à expansão dos serviços públicos.

J.A.L.

DIÁLOGO E
AÇÃO PETISTA
PT
de 18 de junho a 02 de julho de 2020
/DapBrasil /DapBrasil /DapBrasil http://petista.org.br

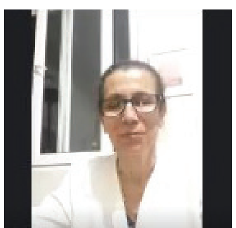
Plenária nacional do DAP: nas ruas, sem medo

Com mais de 100 presentes, das coordenações estaduais ou grupos de base de 14 estados mais o Distrito Federal, aconteceu, em 13 de junho, a Plenária Nacional virtual do Diálogo e Ação Petista. Como disse a companheira Misa Boito, membro do DN-PT e do Comitê Nacional do DAP, que coordenou os trabalhos, a Plenária nasceu da necessidade sentida pelos militantes de trocar ideias e experiências para unificar sua ação neste quadro de crise aguda.

Participaram também, fazendo suas saudações, a presidente nacional do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann, e a companheira Luísa Hanune, coordenadora do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos (AcIT) e secretária-geral do PT da Argélia.

A plenária nacional virtual do DAP, com mais de três horas de duração.

"Socialismo ou barbárie"


Luísa Hanune, em sua saudação.

Em sua fala, Luísa Hanune lembrou a campanha internacional por sua libertação: "A ação de vocês do DAP pesou muito para minha liberdade", disse. Luísa referiu-se ao que acontece hoje em todo o mundo: "As imagens e reportagens que vemos parecem saídas da 1ª ou da 2ª Guerras Mundial". Mostrou como os governos aproveitam-se da pandemia para atacar ainda mais os direitos dos trabalhadores: "Em todos os países, a classe trabalhadora é vítima e pode apontar o dedo para o responsável, que é o capitalismo".

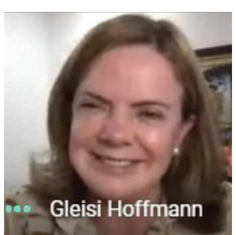
Ela citou o processo de sucateamento dos serviços públicos, as privatizações, a falta de investimento nas pesquisas científicas e o brutal ataque aos direitos dos trabalhadores como elementos que levaram ao extremo as consequências da pandemia.

Porém, em todo mundo, as massas trabalhadoras reagem, vão às ruas, gritam por seus direitos. Luísa mencionou as manifestações em vários países, na sequência das explosões revolucionárias de 2019. Falou dos protestos nos EUA pelo assassinato de George Floyd e lembrou as manifestações de solidariedade em diversos países: "Jamais os trabalhadores de todo o mundo estiveram tão unidos como agora, no enfrentamento das consequências da crise e da pandemia. Cresce o repúdio ao sistema capitalista. Cresce a raiva dos povos diante das condições em que foram colocados".

"A frase 'socialismo ou barbárie', de Rosa Luxemburgo, nunca foi tão atual", concluiu. "É isso que está em jogo: construir a força capaz de coordenar este movimento e abater o regime capitalista".

Completando a fala de Luísa, o companheiro Júlio Turra, do AcIT, informou que, por solicitação de uma companheira sindicalista dos EUA, será promovida uma reunião pan-americana do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio: "É necessário esse intercâmbio porque o inimigo é comum".

"Nós não podemos nos omitir"



Gleisi fala à Plenária do DAP.

Em sua saudação, a presidenta do PT, Gleisi Hoffmann, falou da posição do PT de lutar pelo fim do governo Bolsonaro: "Nós entendemos que não há saída possível com Bolsonaro e seu governo". Referindo-se ao manifesto "Juntos", assinado por FHC e empresários, Gleisi disse que não é a saída para por um fim ao governo Bolsonaro.

Gleisi, que participou da manifestação em São Paulo no dia seguinte, afirmou: "Nós não podemos nos omitir neste momento. Quem está indo para a rua são os jovens negros de periferia, homens e mulheres que não têm como fazer isolamento social. São as pessoas que foram escolhidas para morrer, mas que escolheram lutar para viver".

Markus Sokol, da Executiva nacional do PT e do Comitê Nacional do DAP, enfatizou o lugar das manifestações do povo negro, de categorias de trabalhadores e de juventude em diversas regiões do país, que contam com a presença dos grupos de base do DAP e que ajudaram a tirar os fascistas das ruas. Sokol disse que a volta às ruas pode acuar o governo: "O PT já deu um sinal, falta a CUT. O DAP tem um papel. É hora de botar o carvão todo para fortalecer essas iniciativas".

Sokol destacou que não há outro meio de resolver os problemas concretos da vida do povo, desses que hoje se manifestam nas ruas, se não por meio de uma Constituinte Soberana que mexa com as estruturas do país; que faça as reformas militar e do Judiciário (que hoje impede Lula de ser candidato em eleições, ainda mais se antecipadas), e também anule o conjunto de medidas de Temer e Bolsonaro, o que apenas uma Constituinte terá o poder de realizar.

Resumindo: ir às ruas, fim deste governo, Constituinte

Na sequência das intervenções iniciais, houve um rico debate, com as falas de 16 companheiros, que relataram as experiências de discussão e lutas em seus estados.

Coube ao companheiro Luiz Eduardo Greenhalgh, também do Diretório Nacional do PT, concluir com uma síntese da discussão. "O Brasil vive uma hecatombe econômica e sanitária. Não haverá saída para o Brasil sem a saída do governo Bolsonaro", iniciou.

"Nós queremos democracia, mas a democracia que protege os direitos do povo trabalhador. Nós somos socialistas e não queremos que a barbárie atual continue, fora Bolsonaro, viva o PT, viva o DAP, nenhum passo sem o povo", continuou. Greenhalgh lembrou que há uma resistência dos povos, "e essa situação nos ajuda se a gente tiver um intercâmbio permanente, do que se está fazendo na África, na Argélia, nos EUA, no Chile, no México".

Greenhalgh afirmou que "o DAP tem de apoiar e participar das ações de rua, com cautela, mas sem medo".

Referindo-se às eleições, disse que "nós vamos apoiar a Benedita no Rio, vamos apoiar o Lino Peres em Florianópolis, vamos apoiar outros companheiros, mas com base em um programa, com as bandeiras históricas do PT, um programa de defesa e ampliação dos direitos que nos municípios também estão sendo tirados de nós. E vamos aproveitar as eleições para falar do golpe contra a Dilma, a situação jurídica do Lula, a perseguição implacável ao PT".

Greenhalgh ressaltou a necessidade da Constituinte: "Nosso país está com as instituições em frangalhos, nós precisamos começar a discutir desde já a Constituinte. Como disse o Sokol, quem vai anular o que eles fizeram e o que estão fazendo de mal contra o nosso país é uma Assembleia Nacional Constituinte Soberana".

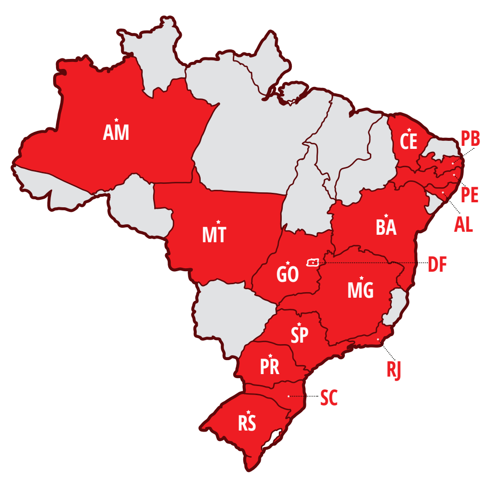
Saudação da JR do PT

Em sua fala, o companheiro Hélio, da Juventude Revolução do PT, disse que os jovens "estão confrontados com o futuro que lhes é negado, desemprego, ensino pago com EAD. Por isso os jovens vão para as ruas. O primeiro passo é tirar esse governo, apontando uma saída política".

Comunicação do DAP

O companheiro Mateus Santos, do DAP de Diadema, apresentou o trabalho da comissão de Comunicação do DAP, que está implementando sua participação nas redes sociais, com matérias, artigos, lives. E pediu que outros companheiros se agreguem à comissão, pedido que já teve resposta positiva na própria plenária.

ESTADOS PRESENTES



"Vitórias"? Mas quem paga o preço?

Aprovada no Senado a MP 936 e na Câmara a MP 927

Em 16 de junho, por unanimidade, o Senado aprovou a MP 936, a qual passou a ser o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 15, retirando do texto vindo da Câmara o artigo que alterava jornada e hora-extra dos bancários.

No dia 17, em matéria no site da CUT, o seu presidente Sérgio Nobre e o secretário jurídico Valeir Ertle "comemoram" a aprovação da MP 936, que "propicia a proteção da renda de milhares de trabalhadores e trabalhadoras", elogiando os esforços de senadores e dirigentes de centrais sindicais. A bancada do PT no Senado também comemorou "vitórias"

Assim, às "vitorias" obtidas na Câmara (ver OT 867) somaram-se "vitórias" na votação do Senado. Na ânsia de apresentar "resultados", esses dirigentes vêem a árvore – a redução de alguns danos – e perdem de vista a floresta: uma lei que impõe, na maioria dos casos com imposição de acordos individuais, a redução de salários e jornadas (de 25%, 50% ou 70%) e a suspensão de contratos de trabalho, com uma compensação baseada no seguro desemprego.

Durante a sua vigência, a MP 936 já havia atingido mais de 10 milhões de trabalhadores com uma queda de 33% na massa salarial paga pelos patrões, ainda beneficiados por desoneração nas suas folhas em 17 setores.

Quanto à participação dos sindicatos nos acordos, ela está excluída se a redução de salário/jornada for de 25% e também para quem ganha até dois salários mínimos (R$ 2.090) em grandes empresas ou até R$ 3.135 em pequenas e médias, vale dizer para a grande maioria dos assalariados. Também os que ganham acima de R$ 12.065 terão acordos individuais.

Agora vem a MP 927 se somar ao ataque

Na noite de 17 de junho, por 332 votos contra 132, a Câmara aprovou a MP 927, válida para empresas que estão funcionando parcialmente ou paradas por determinação do poder público por causa da Covid-19. Portanto, esta Medida Provisória vai sobrepor-se à anterior (a 936) em muitos casos.

A MP 927 estipula o pagamento pela metade das verbas rescisórias em caso de extinção da empresa, a redução de até 25% do salário, a dispensa coletiva e a prorrogação a critério do patrão da vigência dos acordos e das convenções coletivas, a suspensão do recolhimento do FGTS por três meses, ampliação do banco de horas e aumento da jornada para quem trabalha na saúde. Agora ela vai ao Senado.

Como se vê, as "vitórias" proclamadas por dirigentes na tramitação da MP 936, em 24 horas, foram atropeladas pela aprovação da MP 927.

Os sindicatos, diante desse quadro, estão chamados a organizar junto aos trabalhadores a resistência contra esses ataques a seus empregos, salários e direitos, a lutar por nenhuma demissão e por acordos coletivos que driblem as consequências nefastas dessas MPs.

Julio Turra

É preciso que a CUT saia de sua "quarentena"

Maioria da executiva da central ainda é contra convocar atos de rua

Reunida em 9 de junho, após a retomada das ruas por manifestações populares contra o governo Bolsonaro (veja página 7), a Executiva nacional da CUT rejeitou por maioria a proposta feita por João Batista Gomes e Marize Carvalho de que a central deveria convocar e ajudar na organização de mobilizações de rua – com todos os cuidados que a situação de pandemia exige (máscaras, gel, distância e segurança própria) – pelas reivindicações e contra o governo Bolsonaro.

A resolução dessa reunião diz que "a CUT não vai convocar as categorias para manifestações de massa para evitar a aglomeração de pessoas, o que pode impulsionar a disseminação da contaminação e agravar a situação sanitária", para mais adiante afirmar que as manifestações de rua "expressam vitalidade e uma resposta contundente à situação de opressão vivida pelos trabalhadores, juventude e a população negra, a CUT apóia estes movimentos e reconhece a sua importância e legitimidade".

Mesmo estando cientes que vários sindicatos, federações, confederações e as CUTs estaduais já convocam e participam de mobilizações de rua, alguns dirigentes ligados à Articulação Sindical e à CSD resistem a engajar plenamente a central nessa retomada, em nome de um "isolamento social" transformado em absoluto, com argumentos como o de Sérgio Nobre de que "as 120 mil mortes previstas pela pandemia tem que ir para o colo do Bolsonaro e não do nosso".

Quem é o responsável, se não Bolsonaro?

Ora, a responsabilidade pelos efeitos dramáticos da COVID-19 no Brasil é toda do governo Bolsonaro. Ela não é dos sindicatos ou movimentos populares que saem às ruas para exigir o fim desse governo e nem tampouco poderia ser atribuída à CUT. Combater a pandemia hoje é lutar pelo fim do governo Bolsonaro, nas ruas e em unidade com os movimentos populares e da juventude.

É preciso que as entidades sindicais cutistas entrem neste debate e se dirijam à Executiva nacional para que mude essa sua atual posição paralisante.

Em 13 de junho, o Conselho de Representantes da Apeoesp – o maior sindicato filiado à CUT – adotou uma resolução que diz: "A Apeoesp apóia todas as manifestações em defesa da democracia, contra o fascismo, pelo fim do governo Bolsonaro/Mourão e pelos direitos da classe trabalhadora que vem levando milhares de trabalhadores, estudantes e outros segmentos às ruas. Ao mesmo tempo, continuamos a defender o isolamento social horizontal como única medida eficaz para conter a pandemia. Portanto, devem ser preservadas todas as medidas de prevenção ao contágio. "

Sim, apoiar e participar das manifestações, com medidas de proteção ao contágio, é o que a CUT nacional deve adotar como orientação.

JT

Greve vitoriosa na Comcap em Florianópolis

Em plena pandemia, limpeza pública cruza os braços

Depois de duas assembleias dos trabalhadores da Comcap, empresa municipal de limpeza pública de Florianópolis, organizadas com todos os cuidados sanitários em 29 de maio (ver OT 867) e 15 de junho pelo Sintrasem (sindicato dos municipais), a categoria entrou em greve e, após 36 horas de paralisação, obrigou o prefeito Gean Loureiro (MDB) a recuar de todos os seus ataques.

Novamente em assembleia na tarde do dia 17 de junho, os trabalhadores aceitaram nova proposta feita pela prefeitura, sem perda de nenhum de seus direitos e sem punições aos grevistas, encerrando de forma vitoriosa a greve.

Foi uma greve dura, em meio à pandemia, que enfrentou ataques rasteiros da imprensa e criminalização da Justiça, mas a unidade dos trabalhadores e seu sindicato garantiram o pagamento de 1/3 das férias, adiantamento do 13° salário até 30 de junho, adiantamento do salário aos funcionários que o solicitarem, reconhecimento do direito a progressão e da gratificação das férias, com avaliação do pagamento retroativo em setembro e a criação de uma comissão de trabalhadores para tratar do Plano de Incentivo aos Aposentados (PIA).

Uma vitória dos trabalhadores e do Sintrasem, barrando a retirada de direitos!

Juçara R. Silva

Sintrasem

Em assembleia dia 17 de junho, os trabalhadores aceitam acordo e encerram a greve

Retomada das ruas deve continuar!

O Fora Bolsonaro das manifestações de 7 e 14 de junho apontam o caminho necessário

Sob impacto das mobilizações contra o racismo e a violência policial que sacudiram os Estados Unidos e liberaram a indignação acumulada contra o governo Bolsonaro nesses meses de confinamento "meia bomba", as ruas de capitais e cidades do interior voltaram a ser palco de manifestações populares no Brasil.

Correspondente

SP 14 de junho; Gleisi, presidente do PT, e Jilmar, candidato a prefeito, participam da manifestação na Av Paulista

A resistência que já vinha se expressando em ações públicas limitadas – protestos pela reabertura de hospitais em São Paulo, em defesa dos profissionais da saúde em vários estados, de estudantes pelo adiamento do Enem etc – ganhou uma nova dimensão, com milhares nas ruas em 7 e 14 de junho.

Puxadas por torcidas e pelo movimento negro, as mobilizações envolveram militantes de movimentos populares, sindicalistas e jovens que, com máscaras e álcool gel, buscavam manter distância entre si gritando: "democracia" e "fora Bolsonaro".

Apesar da nota dissonante da resolução da Executiva nacional da CUT de 9 de junho (ver página 6), sindicatos de sua base, como o Sindsep-DF (federais), os sindicatos dos médicos, dos trabalhadores da saúde e dos jornalistas paulistas, o dos municipais de São Paulo e outros, além de CUTs estaduais, como a gaúcha e a sergipana, convocaram e participaram dos atos, o mesmo ocorrendo com sindicatos de cidades do interior, como Juiz de Fora (MG).

As manifestações de 14 de junho, antecedidas por uma carreata em Brasília no dia 13 de iniciativa do PT-DF e das frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, tiveram o apoio explícito do PT e a presença de sua presidente, Gleisi Hoffman e do candidato petista à prefeitura de São Paulo, Jilmar Tatto, na Avenida Paulista.

Além de colocar os atos dos grupos fascistóides pró-Bolsonaro no seu devido lugar – o de ínfima minoria –, as manifestações da primeira quinzena de junho já deixaram sua marca no cenário político, colocando a luta pelo fim do governo Bolsonaro na ordem do dia.

Reprodução

BA, 7 de junho: na manifestação, cartaz denuncia racismo da polícia

É preciso continuar esse processo de retomada das ruas pelas forças populares e os trabalhadores, adotando todas as medidas de proteção necessárias, convencendo os que ainda hesitam e criando assim as condições para acabar com o pesadelo chamado governo Bolsonaro.

Metalúrgicos saem às ruas no ABC

Resistência contra o fechamento da fábrica da Kostal

Site CUT

São Bernardo: Metalúrgicos fazem passeata em defesa dos empregos

Os trabalhadores na Kostal - empresa alemã de peças eletromecânicas - em assembleia realizada na porta da fábrica pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em 6 de junho, decidiram mobilizar-se contra o fechamento da planta em São Bernardo do Campo e em defesa dos seus 300 postos de trabalho.

A Kostal havia comunicado o sindicato que fecharia a planta. Em 10 de junho, após nova assembleia, os trabalhadores saíram em passeata pelas ruas do bairro Paulicéia, onde está a fábrica, com máscaras e álcool gel distribuídos pela direção sindical organizadora do ato.

Além da solidariedade de companheiros de outras fábricas da região, os trabalhadores da Kostal também receberam o apoio internacional do IndustriALL Global Union, (sindicato global da indústria), que representa 50 milhões de trabalhadores em 140 países.

O secretário-geral do sindicato, Aroaldo da Silva, afirmou que a luta é pela manutenção da planta e dos empregos, colocando a questão da reconversão industrial: "Temos discutido muito a reconversão industrial, de empresas com ociosidade começarem a produzir respiradores para o tratamento do coronavírus e Kostal tem capacidade para isso", ressaltou.

Em 13 de junho, a assembleia dos trabalhadores autorizou o sindicato a negociar com a direção da fábrica que a decisão sobre o seu fechamento, previsto para julho, fosse adiada para 30 de setembro. Foi conseguido, dando um fôlego para o movimento. A luta continua.

Tiago Maciel

Volta às aulas sem condições apropriadas é greve!

Discussão que começa nas entidades de trabalhadores da Educação

Pressões para reabrir as escolas, apesar dos riscos de contágio pela Covid-19, existem em todo o país.

Ela é maior no setor privado do ensino, vinda dos donos de escola temerosos de perder a clientela e também de pais e mães de alunos. Nas redes públicas, onde não há condições mínimas sequer de um atendimento "à distância" para os alunos, a maioria sem acesso à internet, também surgem anúncios de volta às aulas.

Em Fortaleza (CE), é previsto o retorno às aulas em 31 de julho, dentro de um plano de flexibilização da quarentena no estado. O sindicato dos trabalhadores em Educação (Sindiute) prepara uma paralisação caso isso ocorra. A presidente do sindicato, Ana Cristina, declarou à Folha de São Paulo (10/6): "Com a reabertura de outros setores, a pressão em cima das escolas é grande. Entendemos a necessidade do retorno, mas é preciso que isso seja feito com segurança e planejamento. "

Já o coordenador da APLB (sindicato dos professores da Bahia) afirma: "Muitas das nossas escolas não têm sabão para os alunos, têm um único banheiro. É preciso discutir essas questões básicas antes de pensarmos em qualquer retomada". As aulas presenciais na Bahia estão suspensas até 21 de junho e não há previsão de retorno.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) defende diretrizes para a volta às aulas, tais como a garantia de segurança sanitária aos professores, funcionários e alunos, o que exigiria uma reorganização do espaço físico das escolas para que haja distanciamento e higienização dos profissionais e alunos, a redução do número de alunos por salas de aula e estruturas pedagógicas apropriadas.

Se essas condições necessárias para uma volta às aulas não forem garantidas, só restará aos professores, funcionários e estudantes recorrer à greve em defesa de condições de trabalho e ensino que os protejam do contágio, tal como ocorreu na França em dezenas de escolas reabertas no início de junho.

João B. Gomes

EM CUIABÁ, PROFESSORES SEM CONTRATO PROTESTAM

A suspensão das aulas em Mato Grosso deixou sem condições de sobrevivência 800 professores interinos em Cuiabá, depois que o governador Mauro Mendes (DEM) suspendeu a atribuição de aulas/jornadas e eles ficaram sem contrato.

A subsede de Cuiabá do Sintep (sindicato dos trabalhadores em Educação) promoveu vários atos presenciais dos interinos para reivindicar o contrato, realizados com distanciamento, máscaras e no máximo 30 pessoas. Em 20 de maio e 3 de junho, os atos foram feitos no Palácio de Governo. Ações de solidariedade com esses professores sem salário estão sendo feitas pelo Sintep em Cuiabá e Cáceres.

Exigimos respeito!

Trabalhadores da saúde rechaçam as provocações criminosas de Bolsonaro

Reprodução

Deputados bolsonaristas que invadiram hospital Dorio Silva em Serra (ES)

O general Eduardo Pazuello assume definitivamente o ministério do Ministério da Saúde, consolidando a invasão dos militares, para bater continência ao ex-capitão. Sem nenhuma competência para isto, nesse setor estratégico, ainda mais diante da pandemia, ele veio para cumprir as ordens do governo na sua política aventureira, negacionista e letal para o povo.

A consequência veio momentos depois. Sem cerimônia, o governo apresentou a suposta "revisão" de dados, na verdade um artifício de manipulação dos números. Bolsonaro assim consegue a subserviência que perseguia ao trocar de ministros, para impor sua versão da "gripezinha".

Sob pressão, Prefeituras e Estados que implantaram o isolamento já utilizam estratégias descoordenadas para afrouxar as barreiras e fazer as indústrias e comércios reabrirem. Pesquisador do Consórcio Nordeste, o neurocientista Miguel Nicolelis, divulgou no último domingo um texto onde afirma que a ocupação de leitos não deveria ser o único critério para reversão do isolamento: "A nossa sugestão é de que se você tiver leitos ocupados com taxa de 80% e ainda tiver curvas ascendentes, você tem que manter [o isolamento]". Ele também defende que o momento é o de manter o isolamento, que deu certo no mundo todo na contenção de transmissão do vírus. O resultado é notório, continuamos em uma curva ascendente de casos de contaminação e mortes. São Paulo afrouxou o isolamento e tem novo recorde de mortes a cada dia. É momento de aprofundamento do isolamento, e não de afrouxamento!

Chamado criminoso à invasão de hospitais

Tentando comprovar a visão do presidente, deputados bolsonaristas, no último dia 5 em São Paulo, invadiram um hospital de Campanha para mostrar que os leitos não estão ocupados no local. Em live, no domingo subsequente, Bolsonaro impulsiona seus partidários a fazerem o mesmo com a intenção de reduzir a gravidade da pandemia, colocando em risco os trabalhadores da saúde os pacientes e os próprios invasores. A realidade é que entre 70-80% dos infectados não terão necessidade de internação. E que entre os que internam só 5% ficam graves. Esses infectados graves ficam longos períodos internados e por isso continuamos com os leitos de Terapia Intensiva nos hospitais públicos cheios. Na mídia começam a pipocar denúncias de violência, invasão e depredação de equipamentos de saúde depois desse chamado de Bolsonaro. Medidas sanitárias e de proteção de todos são desrespeitadas por essa incitação criminosa.

A verdadeira situação

A resposta dos trabalhadores veio na sequência. O Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro publicou, ao lado de uma listagem de hospitais públicos no estado, a verdadeira realidade da falta de leitos e profissionais sem concurso, inclusive sem salários, e a mensagem viralizou. No mesmo hospital de Campanha invadido pelos deputados bolsonaristas em São Paulo, os Sindicatos dos servidores municipais, médicos e trabalhadores públicos da saúde (Sindsep, Simesp e Sindsaude), fizeram uma vistoria, programada, no dia 8 de junho. Foi identificado que as denúncias feitas pelos trabalhadores de saúde são reais. No hospital há falta de disponibilização de equipamentos de proteção, falta de condições de descanso e até de locais aonde beber água durante o plantão, os leitos são precários e só servem para pacientes com quadros leves.

Os trabalhadores de saúde estão esgotados após mais de três meses do início da pandemia no país, lidando com sobrecarga de trabalho, com a chance de ser infectado e de morrer com a doença; e são desrespeitados por esse governo criminoso que reduz nosso trabalho e desqualifica todos os riscos e as mortes.

Médicos no Ceará, do Coletivo Rebento, gravaram vídeo respondendo a fala do presidente aonde o chamam para comparecer às Unidades de Terapia Intensiva dos Hospitais Públicos e aos necrotérios cheios.

Em parte da gravação deixaram claro: "Se ficarmos calados seu legado deixará um rastro de miséria, com uma legião de desempregados e subempregos ... fortalecerá o obscurantismo e destruirá a cultura a ciência e o pensamento... Exigimos Respeito!

Juliana Salles

Pega ladrão!

Ciro, para Marina e FHC: "quem não vier é traidor"

No domingo 7, pipocaram os primeiros atos de rua contra Bolsonaro na pandemia, de torcidas organizadas, grupos de jovens e negros das periferias, pela democracia e contra o racismo. Eles começaram a tirar os fascistas das ruas.

No mesmo dia, a GloboNews correu para fazer um debate entre uma certa oposição, da qual o PT foi excluído: os escolhidos foram FHC (PSDB), Ciro (PDT) e Marina (Rede), que esboçaram uma "unidade pela democracia". Dias antes, eles tinham subscrito um manifesto "Juntos pela democracia".

FHC disse que "nós todos estamos no mesmo barco". Ciro subiu o tom "quem não vier é traidor", numa alusão a Lula e ao PT. Logo ele, o traidor de 2018 quando foi para Paris no 2º turno, abandonando o pleito para Bolsonaro, enquanto FHC se abstinha aqui mesmo. Agora, grita "pega ladrão!" para desviar a atenção do povo que começa a se mobilizar.

O que eles não explicaram, nem lhes perguntaram, é por que o seu manifesto não fala de impeachment, aliás, nem do nome de Bolsonaro.

FHC se borra

Depois disso, as manifestações se espalharam e o PT se fez presente, o PSOL também, o PCdoB menos.

Neste dia 18, o PDT, o PSB, o PV e a Rede chamam um ato virtual pelo impeachment, mas não aceitam o PT presente. O PSDB, por sua vez, firmou posição contra o impeachment.

Deu para entender, não precisa desenhar.

Eles não querem derrubar Bolsonaro, eles fazem figuração.

Um deles, FHC, se borra: "cuidado para que o outro lado, algum grupo bolsonarista mais feroz, não use o argumento de que 'não deixam o homem governar'. Ele pode governar do jeito que quiser".

O outro, Ciro, gesticula para encobrir FHC. Acusa os ausentes para bloquear uma unidade por alguma coisa concreta que interesse ao povo. Fala de impeachment, mas de modo a não se fazer unidade nem nas ruas nem nas próximas eleições. Ele não quer uma maré popular contra o regime. E se, mais à frente, Bolsonaro vier a sair, será para Mourão completar o mandato até 2022, bolsonarismo sem Bolsonaro, seguindo as contrareformas de Guedes.

O que interessa

Aos jovens, aos negros, a todo o povo trabalhador, o que interessa é o fim do governo Bolsonaro. Interessa sim tirar Bolsonaro, mas Mourão também. Porque para acabar com a opressão, a violência e o desemprego, é preciso anular todas as medidas de Temer e Bolsonaro-Guedes. Quem tem o poder para isso? Hoje, ninguém. Para isso é preciso uma Assembleia Constituinte Soberana e um novo governo eleito.

O PT defende impeachment e eleições para presidente. Certo, mas não para ficarmos prisioneiros desse Congresso, produzido pelas mesmas fakenews que elegeram Bolsonaro, e com o mesmo Judiciário que mantém Lula sem direitos políticos. No interior das manifestações que interessam ao povo oprimido, este debate deve se abrir.

Markus Sokol

“Não vamos deixar de fazer protesto social”

Entrevista com Dora Martinez, dirigente da CTA-Autônoma da Argentina

Reprodução

Dora Martinez numa marcha com Pablo Micheli (sec.geral da CTA-A)

Ouvimos Dora Martinez, secretária geral adjunta da Central dos Trabalhadores da Argentina-Autônoma (CTA-A). Dora participa do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio, animado pelo Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos.

O Trabalho: Como está a situação do movimento dos trabalhadores na Argentina neste momento de pandemia?

Dora Martinez: Vemos a situação com muita preocupação, pois há aumento do desemprego e da precarização laboral golpeando o conjunto da classe trabalhadora. O desastre econômico dos últimos quatro anos, com o governo neoliberal de Macri que atacou todas as políticas públicas, é visível. As populações mais pobres foram impactadas por políticas de ajuste e exclusão.

O novo governo de Alberto Fernández recém assumia, em meio a um debate para recuperar um modelo nacional e popular, quando veio o coronavírus. Além de decretar quarentena obrigatória, distanciamento social e fechar fronteiras, o governo tenta minorar as questões ligadas a ter o que comer e atender ao sistema de saúde, que tem mais necessitados do que se previa. O IFE (renda familiar emergencial) não alcançou toda a população, é um paliativo, mas não resolve a situação do mundo do trabalho.

Uma bandeira de campanha de Alberto foi devolver aos aposentados dignidade nas suas prestações, mas isso se atrasou porque os magros aumentos são definidos pelo governo e não se restabeleceu a fórmula que durante o governo de Cristina (Kirchner) havia favorecido os idosos. Por isso entendemos que é preciso aprofundar a disputa com os setores poderosos que tentam seguir acumulando em detrimento das classes populares. Não vamos deixar de reclamar e de fazer o protesto social

OT: Como a CTA-A avalia a decisão do governo de estatizar o grupo agro-exportador Vicentin?

Dora: É uma decisão importante a de expropriar o grupo Vicentin (maior empresa de soja do país). Apoiamos essa decisão e acreditamos que isso significa garantir os sete mil postos de trabalho existentes. Que não ocorra a fuga de dólares, como ocorreu na gestão de Macri, que é uma prática desses grupos econômicos poderosos.

É uma forma também de recuperar a confiança de mais de 2.500 produtores e algo importante para recuperar a exportação nacional de grãos, além de assegurar o interesse nacional através da YPF-Agro (estatal).

OT: Como vocês veem a situação no Brasil?

Dora: A CTA-A vê o Brasil dizimado por um governo de direita fundamentalista como é Bolsonaro, que despreza de forma cruel o povo ao dizer que as pessoas que morram pela pandemia têm que morrer, sendo a população afro-descendente a que mais sofre os efeitos do coronavírus.

Um governo que jogou pela janela tudo o que foi feito por Lula e Dilma em matéria de renda familiar para acabar com a fome, de prevenção no sistema sanitário, ingresso nas universidades, para tirar da pobreza e da miséria um universo populacional submetido a todo tipo de emergência.

Desde a nossa CTA-A mantemos um vínculo estreito de fraternidade com o povo brasileiro e queremos que se recupere a democracia para as classes populares, para as mulheres, respeitando o mosaico humano tão diverso que é o nosso querido Brasil.

México em tempos difíceis: pandemia e crise econômica

Medidas de Obrador são insuficientes, empresários levantam exigências

Publicamos abaixo trechos do editorial do jornal “El Trabajo”, edição especial de junho que prepara a Conferência nacional dos Comitês de Diálogo entre trabalhadores e jovens de 27 de junho, sobre a atual situação no país.

“No México, diante da pandemia e da aceleração da crise econômica – se fala em queda de 8% do PIB e de 12 milhões de desempregados – o governo de López Obrador tomou algumas medidas positivas, como a campanha por distância sadia, a reconstrução da Pemex, mas que são insuficientes.

Os protestos de trabalhadores da saúde por falta de insumos e condições de trabalho intoleráveis, o não cumprimento pelas “maquiladoras” (multinacionais na fronteira com os EUA, NdT) do decreto de suspensão de atividades – o que custou muitas vidas de operários -, as condições dos informais, mostram que segue a política de primeiro o capital e depois os trabalhadores.

O Banco do México colocou à disposição dos bancos privados – estrangeiros em sua maioria - 800 bilhões de pesos (200 bi de reais, NdT) que serão emprestados de acordo a critérios de rentabilidade, enquanto outros 800 bilhões saem dos cofres públicos neste ano para pagar os juros da dívida pública que o povo nem decidiu e nem dela se beneficiou.

Todos esses recursos deveriam ser utilizados para criar empregos com salários dignos, reconstruir o sistema de saúde, apoiar o sistema de educação e as universidades que estão quebradas e garantir melhores condições para o retorno às atividades.

Os empresários levantam exigências, desde uma contrarreforma da seguridade social até parcerias público-privadas que foram de alto rendimento para eles, passando pela redução dos encargos trabalhistas. E o fazem em nome do capital dos EUA, com base na entrada em vigor do novo Tratado de Livre Comércio da América do Norte.

O secretário da Educação e empresas privadas como Google, Microsoft e Televisa se apressam em converter as escolas públicas em mercado de produtos tecnológicos e a destruir a função do professor e da própria escola.

Tempos difíceis virão

Ao longo do confinamento, vimos a inação das direções sindicais, tanto do sindicalismo independente quanto do corporativo. Assim, não é de se estranhar que nos protestos dos trabalhadores da saúde eles sejam obrigados a dizer ‘aqui não temos sindicatos’.

Estamos diante do desafio de lutar por um sindicalismo democrático e independente para defender nossos empregos e salários.

Hoje, também, como demonstram as experiências vividas na Argélia, Chile e outros países, estamos diante do desafio de nos agrupar para buscar uma representação política independente que ajude o povo mexicano a continuar o movimento que esboçou em 1º de julho de 2018 (eleição de Obrador, NdT) e encarar os tempos difíceis que virão.”

CAMPANHA INTERNACIONAL

Pelo fim do bloqueio dos EUA à Venezuela

Prossegue a campanha, impulsionada pelo Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio (CILI), atendendo ao apelo lançado pelos sindicalistas e deputados constituintes Raúl Ordoñez e Nélson Herrera, exigindo o fim imediato do bloqueio e das sanções econômicas contra a Venezuela, decretados de forma unilateral pelo governo de Donald Trump.

A campanha ganhou adesões no México, Peru, Equador, Haiti e outros países, com a adoção de moções dirigidas às embaixadas dos EUA. No Brasil, a CUT, a Condsef e diversos sindicatos também se somaram a ela.

- Fim imediato dos ataques de Trump contra a soberania da Venezuela
- Fim imediato de todas as operações militares
- Anulação das sanções e do bloqueio econômico
- Todos os recursos das nações para combater a pandemia

Enviar as tomadas de posição para:
- raulordonez20@gmail.com
- culturadetrabajo.apn@gmail.com
- cópia para: julioturra@cut.org.br

Manifestantes de Hong Kong não saem das ruas

Atos defendem liberdades democráticas, contra a lei de segurança nacional

Milhares de habitantes de Hong Kong manifestaram-se novamente, nos dias 10 e 12, para comemorar os atos do ano passado pela retirada da lei de extradição. Apesar da proibição da polícia, eles voltaram às ruas para denunciar a lei de segurança nacional imposta pelo governo da China, a qual visa sufocar as liberdades democráticas constitucionais, vigentes desde o fim da tutela britânica sobre Hong Kong, em 1997, e o seu retorno à China.

Ao fim da manifestação do dia 10, foram detidas 53 pessoas, entre as quais três conselheiros de distrito pró-democracia, por participação em "uma reunião não autorizada". No mesmo dia, o site local de notícias HKFP informou que Kevin Yeung, secretário da Educação de Hong Kong, dirigiu-se a todos os diretores de escolas da região para dizer que os estudantes não deveriam cantar slogans ou canções políticas, nem formar cadeias humanas para protestar. Numa carta a todas as escolas primárias e secundárias, fez ameaças de aplicação da lei de segurança nacional.

O jornal "South China Morning Post", porém, registrou: "Alunos rebeldes de Hong Kong ignoram a advertência do chefe da Educação a respeito das manifestações" (12/6). Centenas de pessoas ocuparam as ruas à noite, e novas detenções ocorreram.

Praça Tiananmen

No dia 4, milhares de pessoas já haviam ocupado o Parque Victoria para participar de uma vigília anual à luz de velas, a fim de marcar os 31 anos do Massacre da Praça da Paz Celestial (Tiananmen). O ato fora proibido pela polícia, e os participantes pularam barreiras para se manifestar.

O evento remete a fatos decorrentes da reforma econômica de 1988, por meio da qual se efetivaram medidas de economia de mercado recomendadas por Deng Xiaoping (principal dirigente da burocracia chinesa na época). Delas decorreram inflação e corrupção. As manifestações de estudantes e operários para exigir democracia, em 1989, ocorreram na praça Tiananmen, em Pequim, e em 180 cidades da China. Surgiram sindicatos independentes, formulando suas reivindicações. Em 4 de junho de 1989, a repressão provocou mais de mil mortes e milhares de prisões.

No mês passado, o Parlamento da China aprovou legislação que criminaliza a subversão, a secessão, a ingerência externa e o terrorismo. A agência oficial chinesa Xinhua mencionou, no dia 12, a decisão de várias organizações sindicais e grupos estudantis de organizar um plebiscito, inicialmente marcado para o dia 14 e depois adiado para 20, a respeito da realização de uma greve contra a lei de segurança nacional (leia ao lado).

Albert Tarp

COALIZÃO DISCUTE PLEBISCITO

O serviço público de rádio e televisão de Hong Kong (RTHK) informou que uma coalizão de mais de vinte sindicatos e um grupo de estudantes anunciou, em 6 de junho, a organização de um plebiscito entre seus militantes e filiados sobre a oportunidade de convocar uma greve geral contra a lei de segurança nacional em Hong Kong, decidida pelo governo chinês. A aliança sindical conta com 23 organizações, dos setores de transportes, informática, restaurantes, contabilidade e saúde.

A porta-voz da coalizão, Cat Hou, chamou a votação prevista de "primeiro referendo sobre a greve geral" em Hong Kong. A presidente da Confederação dos Sindicatos de Hong Kong (HKCTU), Carol Ng, deu apoio à proposta. Paralelamente, planeja-se organizar uma consulta similar entre os estudantes secundaristas a respeito de possível greve das escolas.

Explosão da juventude na França

Contra o racismo, a repressão policial e a violência social

Correspondente

Paris, 16 de junho: milhares de trabalhadores dos hospitais se manifestam em direção ao Ministério da Saúde

O assassinato de George Floyd, em 25 de maio, nos EUA, desencadeou uma onda internacional contra o racismo e a violência policial, sobretudo na juventude.

Essa onda encontrou a França já pontilhada por diferentes mobilizações. Metalúrgicos da Renault lutando para manter seus empregos; professores e pais de alunos contra o desmonte da escola pública imposto pelo governo a pretexto da pandemia; trabalhadores da limpeza hospitalar conquistando abono salarial; estudantes e pessoal universitário contra a destruição do ensino e da pesquisa, em especial pelo "ensino a distância".

Em 2 de junho, uma massa de cerca de 80 mil pessoas, a maioria jovens, reuniu-se pedindo "Justiça para Adama" diante do principal tribunal de justiça de Paris. Adama Traoré é um jovem negro morto logo após ser preso, em 2016, numa periferia de Paris.

"Sem justiça, sem paz!"

Outros atos se sucederam, quase que diariamente, em toda a França.

A juventude não suporta mais a opressão de um poder que a condena à arbitrariedade policial, à precariedade e à miséria, agravadas por meses de confinamento e ameaças às liberdades.

Em crise – que vai se aprofundar por sua anunciada derrota nas eleições municipais de 28 de junho-, o governo Macron não recua. Quer aproveitar a pandemia para continuar atacando os direitos dos trabalhadores e os serviços públicos.

Mas a explosão da juventude coloca tudo em questão, faz voar em pedaços inclusive o estado de emergência, em vigor desde março, que proíbe concentrações de mais de 10 pessoas.

Em 13 de junho, os jovens estavam novamente nas ruas de inúmeras cidades. Eram dezenas de milhares outra vez exigindo "Justiça para Adama", gritando "Vidas negras importam", "Não posso respirar".

Em Paris, concentraram-se na tradicional Praça da República, mas foram impedidos pela polícia de sair em passeata. Realizaram lá mesmo seu ato público, mantendo-se firmes e calmos durante horas, rejeitando provocações da polícia e de grupos de extrema-direita.

Em 16 de junho, milhares de trabalhadores da saúde manifestaram-se em toda a França – 20 mil em Paris – para exigir EPIs, contratação de mais funcionários, ampliação do número de leitos, aumento salarial, como fazem desde o início da pandemia, que já matou 30 mil franceses.

Uma vez mais enfrentaram a violência policial que nunca deixou de existir, mas agravada desde o início do movimento dos Coletes Amarelos, em 2018.

Correspondente

COMITÊS DE RESISTÊNCIA E RECONQUISTA

Numa situação em que se multiplicam mentiras e manobras para tentar desviar os trabalhadores de sua luta independente, é indispensável compartilhar experiências e discutir para ver com mais clareza.

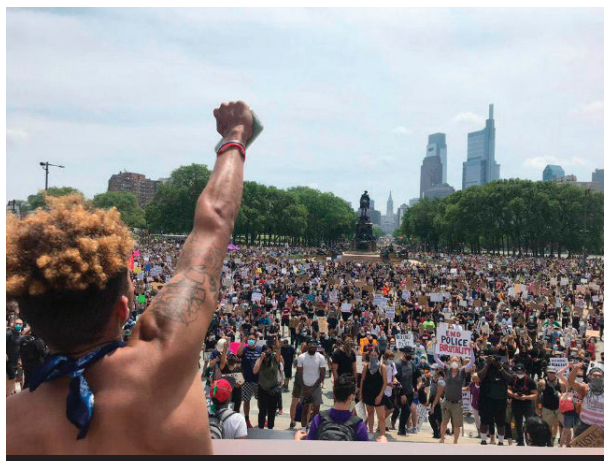
Com esse espírito, em 6 de junho, reuniram-se por mais de três horas, em teleconferência, cerca de 500 delegados mandatados por 93 Comitês locais de Resistência e Reconquista, criados em 2017 para defender as conquistas operárias de 1936 e 1945, ameaçadas pela política dos sucessivos governos franceses.

Os participantes testemunharam a resistência encarniçada dos trabalhadores contra a ofensiva do governo Macron e também os obstáculos que muitas vezes são erguidos por direções sindicais e partidárias para impedir a construção da mobilização unitária.

Ao final foi adotado um chamado que convida para a realização de um grande ato nacional no segundo semestre.

As instituições dos EUA estão em questão

Mobilizações de massas contra violência policial e todo o sistema racista



Manifestação em Filadélfia, 06 de junho

Há quase um mês, manifestações de massa varrem os EUA, com passeatas de dezenas de milhares à Casa Branca, gigantescas mobilizações contra o racismo sistêmico no coração da principal potência imperialista, que têm ecoado mundo afora (ver pg. 12).

Trump acusa os governadores (inclusive republicanos) de fraqueza no enfrentamento aos protestos. Ele chegou a ameaçar com envio do exército, sendo desautorizado pelo comando militar e até mesmo por seu ministro da defesa, o que aprofundou a crise política.

Em muitas cidades governadas pelo partido Democrata, prefeitos falam em dissolver suas polícias, ou pelo menos reduzir seus orçamentos. Diante da força dos protestos, congressistas democratas apresentaram um projeto de lei com dispositivos que supostamente diminuiriam a violência policial contra negros. E mesmo Trump já anunciou que emitirá uma ordem para a reforma da polícia. O fato é o projeto de lei democrata visa salvar um sistema contra o qual milhões de americanos se opõem hoje.

Pois ao centrar-se apenas na violência policial – uma realidade – tenta desviar a mobilização que se levanta contra o conjunto das instituições estadunidenses, intrinsecamente racistas, apoiadas tanto por republicanos quanto democratas. A propaganda sobre a reforma da polícia visa portanto escamotear o "racismo sistêmico" - produto da própria história dos EUA.

Racismo é espinha dorsal do sistema político

A violência policial é a expressão mais escancarada de um racismo institucional, da violência do Estado. É a espinha dorsal do sistema político estadunidense, resultado do fato dos negros – que não são imigrantes – terem sido arrancados à força da África e escravizados para construir os EUA. Eles estão no coração da nação estadunidense e, ao mesmo tempo, são a população mais oprimida. Desde o fim da escravidão, os negros foram mantidos segregados em uma situação de não-cidadãos até à década de 1960, e, depois, de cidadãos de segunda categoria.

Os negros têm 2,5 vezes mais riscos de serem mortos por policiais do que os brancos. E são também mais afetados pela Covid-19. São vítimas de muito maior desemprego que os brancos e, quando têm trabalho, são geralmente os mais mal remunerados. A existência de uma mão de obra negra de baixo custo permite fazer pressão sobre o conjunto dos salários; a situação dos negros é utilizada como ameaça ao conjunto da classe operária americana.

A explosão do desemprego nos EUA, com a pandemia e o confinamento, também lançou grande parte da população na precariedade, inclusive entre brancos. Milhões de desempregados, sem seguro desemprego e recebendo "auxílios", milhões de precarizados e temporários que se veem desamparados. É terreno fértil a uma explosão social.

A presença em massa de brancos, latinos, sindicatos importantes (apesar da "prudência" da direção da central AFL-CIO) nas manifestações deixa claro que, mais do que a sociedade, são as instituições estadunidenses as quais estão gangrenadas pelo racismo.

As instituições fazem todo o possível para limitar a discussão à violência policial, cada uma de acordo com o seu papel: Trump e os republicanos ameaçando os manifestantes e defendendo a polícia, Biden e os democratas propondo reformá-la (enquanto recorre a ela para reprimir violentamente os protestos nas cidades onde detêm a prefeitura). Mas, depois de oito anos de presidência Obama, amplas camadas de manifestantes sabem que votar em Biden (seu vice-presidente) não resolverá nem os problemas sociais, nem o racismo da polícia. Uma nova fase se abre nos EUA

Devan Sohier

(Extraído de artigos do jornal francês Informações Operárias)

Em Nova Iorque manifestantes desafiam toque de recolher

Militantes falam da situação em diferentes cidades

CHI ANUNWA, militante negra do DAS (Socialista Democráticos da América), fala sobre a situação em Nova Iorque.

Qual é a situação atual das manifestações em Nova Iorque?

Por duas semanas houve manifestações diárias em quase todos os bairros de Nova York contra a violência policial. Em muitos deles, a polícia atacou manifestantes pacíficos, elevando desnecessariamente a tensão.

Para piorar, o prefeito Blasio (do partido Democrata) soltou a polícia contra manifestantes, chegando a decretar o toque de recolher na cidade! Mas as multidões desafiaram tal medida, mantendo protestos até tarde da noite.

Qual a situação dos negros com a epidemia?

Por causa do legado de racismo institucional e da desigualdade de renda generalizada nesse país, os negros sofrem a pobreza de maneira desproporcional, tanto na saúde como economicamente. Além de sofrerem mais a desgraça da epidemia, os negros são submetidos à violência policial.

Quais as motivações dos protestos?

As pessoas protestam contra a violência policial, mas também contra o sistema político que fracassou em todos os níveis, o fiasco do sistema de saúde, o aumento dos custos de moradia, o desemprego. Contra um governo que fracassou contra a epidemia.

LIANA NELSON, sindicalista e professora negra de Oakland, Califórnia

Como estão as mobilizações em Oakland,a tensão está se acalmando?

Sim, acho que a raiva foi grande e o pote estava transbordando. Agora, trata-se de avançar em termos de conquistas concretas. Houve um funeral [para George Floyd], e sua família está pedindo paz.

A Câmara de vereadores de Oakland votará, em 24 de junho, um projeto de corte de fundos para a Polícia Escolar. Isso é importante, até porque neste momento, com a Covid-19, as escolas públicas estão perdendo muito dinheiro, o que pode ser compensado com verbas vindas do orçamento da polícia. Veremos.

O que pensa do projeto do partido Democrata no Congresso?

Seria um incentivo, mas é preciso mais. Ele deve formar policiais, talvez aumentar seu período na academia, melhorar treinamento a evitar preconceitos implícitos (racismo inconsciente), criar testes psicológicos periódicos.

Reduzir verbas policiais é um começo, desde que elas sejam realocadas para outros gastos sociais.

CAL, estudante de Michigan e militante do DSA

Qual é a situação atual em Detroit e em Michigan?

Incrível. Todos os dias, às 16h - há mais de 20 dias -, as pessoas se reúnem em frente à sede da polícia em assembleia geral para discutir reivindicações, estratégias da luta e organização de eventos. Por volta das 18h, começam um ato ou passeata. Há uma mesa que coordena, mas qualquer um pode pegar o microfone e dizer o que pensa. O foco são as questões raciais, e acho que está certo. Mas acho que as pessoas estão muito abertas a avançar em outros temas, em organizar trabalhadores, greves etc. A reivindicação imediata dos manifestantes é cortar os subsídios policiais, reinvestindo-os em serviços sociais.

Em cidades menores também tem havido atos. Sinto que a consciência das pessoas tem mudando muito rapidamente. Me faz lembrar aquela citação de Lenin: "há décadas em que nada acontece e semanas em que uma década acontece".

Manifestações em escala mundial

Atos protestam contra assassinato de George Floyd, combatem o racismo e a opressão

Nas últimas semanas, centenas de milhares de pessoas, principalmente jovens, saíram às ruas em todo o mundo, ligando o assassinato de George Floyd, em Minneapolis (EUA), à situação de seus países.

Para expressar sua opinião, em muitos locais onde as manifestações foram proibidas os participantes desafiaram as interdições antidemocráticas.

Em Madri, no Estado Espanhol, milhares de manifestantes se reuníram diante da embaixada dos Estados Unidos. Em Roma, na Itália, protesto espontâneo reuniu uma multidão de jovens na ampla Praça do Povo. Enfrentando a proibição das autoridades, outros milhares se fizeram presentes em Londres e em outras cidades do Reino Unido.

Em Bruxelas, capital da Bélgica, dez mil pessoas realizaram um ato, e outras milhares fizeram o mesmo na Holanda. Em Copenhague, na Dinamarca, foram 15 mil. Na Hungria, mesmo com o regime autoritário de Viktor Orbán, mais de mil pessoas se manifestaram em Budapeste.

Luta comum

Um ato em Dublin, na Irlanda, contou com cinco mil participantes. Na Alemanha, foram 15 mil em Berlim e dezenas de milhares em outras cidades do país. Na Polônia, mil pessoas reuniram-se em Varsóvia. E houve também manifestações maciças no Canadá, na Austrália, na Nova Zelândia e no Japão, entre outros.

Por toda a parte, gritou-se a mesma palavra de ordem: "Black Lives Matter!" (Vidas negras importam!).

Muitas vezes espontâneos, esses protestos ultrapassaram as situações tradicionais e desafiaram proibições. Traduzem a luta comum, após os períodos de confinamento durante a pandemia, de rejeição a todos os governos. Em muitos locais, ouviu-se a palavra de ordem de 2019: "Fora todos!"

ALEMANHA

Ato em Berlim, no dia 6 de junho, reuniu pelo menos 15 mil pessoas

FRANÇA

Em Paris, no dia 13, dezenas de milhares de manifestantes reuniram-se a partir de apelo do comitê "Justiça para Adama", que exige punição aos culpados pela morte de Adama Traoré, em 2016. Adama tinha 24 anos. Testemunhas relataram que, para dominá-lo, três policiais o imobilizaram no chão, impedindo-o de respirar – como ocorreu com George Floyd, nos EUA.
Houve protestos também em outras cidades francesas, com palavras de ordem contra o racismo ("sem justiça, não há paz"), contra a impunidade policial e desafiando o estado de emergência decretado por Macron. Em Marselha, gritou-se "Zineb, não te esqueceremos", em referência a Zineb Redouane, idosa que residia naquela cidade e foi morta em 2018 durante ato dos Coletes Amarelos.

GRÉCIA

Na tarde de 3 de junho, cerca de 10 mil pessoas em Atenas caminharam da Praça Syntagma até a embaixada dos EUA na Grécia, em passeata que reuniu dezenas de organizações políticas, estudantis e coletivos antirracistas

PALESTINA

Manifestações de centenas de palestinos ocorreram em Haifa e em Jafa, no interior do Estado de Israel, fazendo a ligação entre o assassinato de George Floyd, nos EUA, e o de Iyad Al-Halaq, jovem palestino morto por um policial israelense em 30 de maio. Foi gritada a palavra de ordem "vidas palestinas importam", inspirada em "vidas negras importam". Os atos de 9 de junho foram organizados por Talatat, movimento de mulheres palestinas contra o racismo e a ocupação da Palestina por parte do Estado de Israel.

O TRABALHO PT
Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R$ 60,00 • 24 edições: R$ 120,00 • Assinatura solidária: R$ 150,00

A partir do nº _____ Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ Estado: _____
CEP: _____ Tel.: _____
E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta
Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 – CEP 03041-000 – São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br